

RELATÓRIO E CONTAS

C O N S O L I D A D O

2023



MUNICÍPIO DE
RIBEIRA DE PENHA



Índice

I. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA DO PERÍODO DE 2023

- 1 - Introdução
- 2 – Perímetro de consolidação
- 3 – Caraterização das entidades incluídas no perímetro da consolidação
- 4 – Análise económica e financeira da atividade consolidada

II. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

- 1 – Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental de 2023
- 2 – Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por natureza 2023

III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- 1 - Balanço Consolidado a 31 de dezembro de 2023
- 2 - Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada 2023
- 3 – Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa de 2023
- 4 – Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido de 2023

IV. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA
Presente : Assembleia Municipal de
26/06/2024

Deliberação
Aprovado por maioria com cinco votos contra da abstenção do PSPP e uma Abstenção do Presidente da Junta de Alcaldia
Presidente *Presença de Paulo Balança*

MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA
Presente : Reunião de Câmara de
2024/05/29

Deliberação
Deliberação da reunião de Câmara de 2024/05/29
55. A Assembleia Municipal
O Presidente

I - Relatório de Gestão da Atividade Consolidada

1 – Introdução

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece, no seu n.º 6 do artigo 75.º, o princípio da consolidação proporcional no caso da participação ou detenção, de empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais.

A consolidação torna-se assim obrigatória para os municípios que detenham entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Determina ainda o n.º 6 do artigo 75.º do RFALEI que devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município.

Os documentos de prestação de contas consolidados constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço consolidado;
- Demonstração dos resultados por naturezas consolidada;
- Demonstração consolidada dos fluxos de caixa;
- Demonstração consolidada das alterações no património líquido;
- Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nomeadamente no seu artigo 7.º, e a NCP 23 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, por considerarem que o

Município em conjunto com os restantes Municípios do Alto Tâmega exerce influência significativa na EHATB – *Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.*, que assume a natureza de empresa local, deve a mesma ser considerada no perímetro de consolidação das contas do Município de Ribeira de Pena.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com o SNC-AP e foram aplicados os requisitos das NCP's. O nº 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro, estabelece que os documentos de prestação de contas consolidadas são elaborados e aprovados pelo órgão executivo (Câmara Municipal) e submetidos à apreciação do órgão deliberativo (Assembleia Municipal) durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte aquele a que respeitam.

O método adotado na consolidação de contas do Município de Ribeira de Pena com a EHATB, EIM, S.A., foi o método de equivalência patrimonial (MEP), dado que não é possível aplicar o método da simples agregação, aplicável quando, na ausência de participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efetivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante, nem o método da consolidação integral, uma vez que este último método aplica-se quando a entidade consolidante detém uma participação superior a 50% dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade controlada.

O presente relatório não contém informações sobre a NCP27 - Contabilidade de Gestão, a qual ainda não foi implementada no Município. Relativamente à NCP26 – Contabilidade e Relato Orçamental, as demonstrações orçamentais consolidadas (demonstração consolidada do desempenho orçamental e demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza) apenas dizem respeito às contas individuais do Município, dado que o normativo contabilístico do SNC-AP não se aplica à EHATB – *Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.*.

2 – Perímetro de consolidação

Em 31 de dezembro de 2023, o Município de Ribeira de Pena detinha as seguintes participações:

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
EHATB, EIM, SA	502.227.842	Intermunicipal	35111	900.000,00	150.000,00	16,67	150.000,00	150.000,00	0,00	
Eólica de Atilhó, Lda	506.867.560	Limitada por quotas	35113	5.000,00	416,67	8,33	416,67	0,00	0,00	a
Atberg - do Alto Tâmega e Barroso, Lda	505.294.656	Limitada por quotas	35113	1.250.000,00	83.333,33	6,67	83.333,33	0,00	0,00	a
Eólica do Barroso, Lda	505.533.693	Limitada por quotas	35113	70.000,00	4.666,67	6,67	4.666,67	0,00	0,00	a
Eólica da Padrela, Lda	505.533.758	Limitada por quotas	35113	65.000,00	4.333,33	6,67	4.333,33	0,00	0,00	a
Eólica da Serra das Alturas, S.A	506.393.925	Sociedade Anónima	35113	50.000,00	4.158,33	8,32	4.158,33	0,00	0,00	a
Eólica de Montenegro, SA	508.094.453	Sociedade Anónima	35113	50.000,00	4.158,33	8,32	4.158,33	0,00	0,00	a
Eólica de Viade, Lda	506.446.298	Limitada por quotas	35113	50.010,00	1.667,00	3,33	1.667,00	0,00	0,00	a
Águas do Norte, S.A.	513.606.084	Sociedade Anónima	36001	108.095.468,00	86.780,63	0,08	86.780,63	12.174,00	0,00	b/d
Resinorte - Val. Trat. Resíduos Sólidos, SA	509.143.059	Sociedade Anónima	38212	8.000.000,00	67.866,67	0,85	67.866,67	30.000,00	0,00	c
FAM – Fundo de Apoio Municipal	513.319.182	Outras pessoas coletivas de direito público	84114	650.000.000,00	252.499,50	0,04	252.499,50	252.499,50	0,00	

OBS:

- a Aquisição a título gratuito
 b Inclui a aquisição a título gratuito de 74.606,63 euros
 c Inclui a aquisição a título gratuito de 37.866,67 euros
 d Nova entidade gestora criada pelo DL n.º 93/2015, de 29 de maio, resultando da fusão de quatro entidades: Águas do Douro e Paiva, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, Simdouro e Águas do Noroeste.

Apresenta-se, de seguida, o organograma das participações:



O Grupo Municipal é composto pelo Município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Ribeira de Pena é por força do n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, constituído pela entidade - EIATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.

No que se refere às outras entidades, uma vez que se tratam de participações inferiores a 20% e atendendo ao facto de não serem materialmente relevantes e considerando, ainda, a ausência de controlo no poder de gerir as políticas financeiras e operacionais, foram, em conformidade com o artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 setembro, excluídas do perímetro de consolidação.

3- Caraterização das entidades incluídas no perímetro da consolidação

3.1 - Caraterização da entidade «mãe»

O Município de Ribeira de Pena inscreve-se na área geográfica do Alto Tâmega e Barroso, fazendo fronteira terrestre com os Municípios de Boticas, Vila Pouca de Aguiar, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Vila Real.

Atualmente, o Município é composto por 5 freguesias, com uma população de 5 884 habitantes, conforme censos de 2021 distribuídos pelos 217,7 km² de área territorial.

O concelho insere-se no Norte e Alto Tâmega e Barroso – NUT II e III, respetivamente.

Em seguida, apresenta-se a caraterização resumida do Município de Ribeira de Pena:

Empresa Mãe	NIPC	Sede Social	Atividade Principal	N.º Trabalhadores
Município de Ribeira de Pena	506 818 098	Praça do Município, 4870 – 152 Ribeira de Pena	Autarquia local	283

3.2 - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade principal	Motivo da inclusão	n.º de trabalhadores
EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA	502 227 842	Rua D. Nuno Álvares Pereira, Ribeira de Pena	Produção de energia elétrica; Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.	n.º 6 do art.º 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	20

EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA., foi constituída por escritura pública em 30 de julho de 1989, com sede na Rua D. Nuno Alvares Pereira, freguesia de Salvador, Vila e Município de Ribeira de Pena, nº de Identificação de pessoa coletiva 502 227 842, e registada na Conservatória do Registo Comercial de Ribeira de Pena sob o nº 502 227 842, ao abrigo do artigo 19º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, a empresa passou a integrar o setor empresarial local.

Em resultado da adaptação da mencionada lei, a denominação da empresa passou para EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA e passou a ter o seguinte objeto social:

Produção de energia elétrica; Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal. A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local. A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares.

O capital social da EHATB, EIM, S.A. no montante total de 900.000,00 euros tem a seguinte composição:

	Valor€	% participação
Município de Ribeira de Pena	150.000,00	16,666%
Município de Boticas	150.000,00	16,666%
Município de Chaves	150.000,00	16,666%
Município de Montalegre	150.000,00	16,666%
Município de Valpaços	150.000,00	16,666%
Município de Vila Pouca de Aguiar	150.000,00	16,666%

No final do exercício de 2023, a EHATB, EIM, S.A. registava um efetivo de 20 trabalhadores.

Entidades excluídas do perímetro de consolidação

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade principal - CAE	Participação	Motivo da exclusão
Eólica de Atilhó	506867560	Boticas	35113	8,33%	Não detém controlo
Atberg	505294656	Ribeira de Pena	35113	6,67%	Não detém controlo
Eólica do Barroso	505533693	Ribeira de Pena	35113	6,67%	Não detém controlo
Eólica da Padrela	505533758	Ribeira de Pena	35113	6,67%	Não detém controlo
Eólica da Serra das Alturas	506393925	Boticas	35113	8,32%	Não detém controlo
Eólica de Montenegro	508094453	Vila Pouca Aguiar	35113	8,32%	Não detém controlo
Eólica de Viade	506446298	Porto	35113	3,33%	Não detém controlo
Águas do Norte	513606084	Vila Real	36001	0,08%	Não detém controlo
Resinorte – Valorização de Resíduos	509143059	Celorico de Basto	38212	0,85%	Não detém controlo
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Lisboa	84144	0,04%	Não detém controlo

3.3 - Informação relativa à imagem verdadeira e apropriada

Considerando o perímetro de consolidação definido pela Lei das Finanças Locais, as demonstrações financeiras consolidadas devem apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo por base as demonstrações financeiras individuais da entidade consolidante que já se apresentam pelo MEP, pelo que, o balanço consolidado, a demonstração de resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e a demonstração consolidada das alterações no património líquido, são iguais aos individuais do Município.

3.4 – Informação relativa aos procedimentos de consolidação.

O método de consolidação utilizado foi o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Este método consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participante.



As demonstrações financeiras individuais do Município já refletem as participações sociais no capital social de empresas e em obrigações e títulos de participação, a saber:

EHATB – EMPREENDIMENTO HIDROÉLETRICO DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A.
RESINORTE, S.A
AGUAS DO NORTE,S.A (ATMAD)
EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS,S.A
EMPRESA EÓLICA DO BARROSO
EÓLICA DA PADRELA, LDA.
ATBERG - EÓLICA DO ALTO TÂMEGA E BARROSO
EMPREENDIMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA.
EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A
EÓLICA DE ATILHÓ, LDA.
FUNDO DE APOIO MUNICIPAL

A conta dos investimentos financeiros, teve a seguinte evolução:

Rubricas		Saldo Inicial	Aumento MEP	Diminuição MEP	Saldo Final
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	4 417 115,31	754 146,62	526 817,39	4 644 444,54
41.2	Investimentos em associadas	4 164 615,81	754 146,62	526 817,39	4 391 945,04
41.4	Investimentos noutras entidades (FAM)	252 499,50	0,00	0,00	252 499,50



Demonstramos, em seguida, o apuramento das respetivas variações, utilizando o Método de Equivalência Patrimonial:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO 2023	Mensuração Subsequente - MEP		
	Conta Débito	Conta Crédito	Valor
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	412119610 571307	78512 412119610	159 661,54 99 799,92
Empresa Eólica do Barroso, Lda.	412119310 571304	78512 412119310	462,77 3 573,83
Eólica da Padrela, Lda.	412119210 571303	78512 412119210	4 131,45 2 809,92
Atberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso, Lda.	412119410 571305	78512 412119410	45 301,62 0,00
Empreendimento Eólico de Viade, Lda.	412119510 571306	78512 412119510	0,00 0,00
Eólica de Montenegro, S.A.	412119710 571308	78512 412119710	237 083,47 224 550,00
Eólica de Atilhó, Lda.	412119110 571302	78512 412119110	12 499,06 12 980,11
EHATB, EIM, SA	412113110 571301	78511 412113110	295 006,71 183 103,61
Aumento das participações financeiras/MEP			227 329,23

Por o MEP já se encontrar refletido nas contas individuais do Município, as suas contas individuais correspondem às suas contas consolidadas.

4- Análise económica e financeira da atividade consolidada

O Município de Ribeira de Pena detém, conjuntamente com mais cinco municípios, a totalidade de uma empresa intermunicipal, considerada como uma empresa local à luz da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, tem este de apresentar contas consolidadas, em conformidade com o artigo 75º do RFALEI, na proporção da sua participação.

Do ponto de vista do registo contabilístico inicial, considerando o que diz o SNC-AP e as demais orientações e práticas contabilísticas, a participação financeira detida na empresa local foi valorada ao custo.

Por se entender que existe influência significativa nas tomadas de decisão, utiliza-se como método valorimétrico subsequente ao inicial o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

O MEP é um método de contabilização pelo qual o investimento ou interesse é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos ativos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda no resultado da investida ou da entidade conjuntamente controlada (Disposição vertida no parágrafo 4 da NCRF 13).

O método contabilístico a utilizar para a consolidação de contas será o definido, de acordo com o n.º 8 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o método para as entidades do setor público administrativo.

Os dois primeiros métodos, por não estarem reunidos os pressupostos, não são aplicáveis, tendo o município de adotar o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

II - Demonstrações Orçamentais Consolidadas

1 – Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental 2023

Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENHA

RUBRICA	RECEBIMENTOS	2023	2022	RUBRICA	PAGAMENTOS	2023	2022
RA01	Saldo de gerência anterior	1 682 397,82	1 528 355,78				
RI01	Operações orçamentais [1]	902 745,36	754 843,90				
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais						
RI03	Operações de tesouraria [A]	779 652,46	773 511,88				
RA02	Receita corrente	13 618 649,25	11 443 935,67	DA01	Despesa corrente	12 650 947,25	10 572 348,59
R1	Receita fiscal	795 219,63	763 515,61	D1	Despesas com o pessoal	6 218 428,61	5 719 075,73
R11	Impostos diretos	795 076,71	745 930,19	D11	Remunerações Certas e Permanentes	4 737 226,28	4 356 825,74
R12	Impostos indiretos	142,92	17 585,42	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	129 116,10	98 077,93
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D13	Segurança social	1 352 086,23	1 264 172,06
R3	Taxas, multas e outras penalidades	190 374,14	169 791,43	D2	Aquisição de bens e serviços	3 318 500,59	2 657 586,40
R4	Rendimentos de propriedade	1 110 191,45	813 875,52	D3	Juros e outros encargos	236 751,84	44 576,86
R5	Transferências e subsídios correntes	7 534 649,03	7 313 365,62	D4	Transferências e subsídios correntes	2 016 722,87	1 629 463,24
R51	Transferências correntes	7 534 649,03	7 313 365,62	D41	Transferências correntes	2 016 722,87	1 629 463,24
R511	Administrações Públicas	7 077 156,63	7 080 105,27	D411	Administrações Públicas	1 322 620,61	720 199,54
R5111	Administração Central - Estado Português	5 321 377,24	5 544 710,13	D4111	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R5112	Administração Central - Outras entidades	1 755 779,39	1 535 395,14	D4112	Administração Central - Outras entidades	1 291,50	861,00
R5113	Segurança Social	0,00	0,00	D4113	Segurança Social	0,00	0,00
R5114	Administração Regional	0,00	0,00	D4114	Administração Regional	0,00	0,00
R5115	Administração Local	0,00	0,00	D4115	Administração Local	1 321 329,11	719 338,54
R512	Exterior - U E	0,00	0,00	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	429 550,24	293 142,56
R513	Outras	457 492,40	233 260,35	D413	Famílias	264 552,02	616 121,14
R52	Subsídios correntes	0,00	0,00	D414	Outras	0,00	0,00

Relatório e Contas Consolidado 2023



MUNICÍPIO DE
RIBEIRA DE PENHA

R6	Venda de bens e serviços	3 971 124,11	2 268 526,76	D42	Subsídios Correntes	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	17 090,89	114 860,73	D5	Outras despesas correntes	860 543,34	521 646,36
RA03	Receita de capital	5 097 018,19	2 701 942,77	DA02	Despesa de capital	6 093 672,34	3 875 193,26
R8	Venda de bens de investimento	54 922,60	65 048,66	D6	Aquisição de bens de capital	5 814 741,69	3 360 497,16
R9	Transferências e subsídios de capital	5 040 148,20	2 636 894,11	D7	Transferências e subsídios de capital	278 930,65	514 696,10
R91	Transferências de capital	5 040 148,20	2 636 894,11	D71	Transferências de capital	278 930,65	514 696,10
R911	Administrações Públicas	3 773 747,74	2 120 202,01	D711	Administrações Públicas	155 153,59	472 960,80
R9111	Administração Central - Estado Português	3 687 547,68	1 887 702,01	D7111	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9112	Administração Central - Outras entidades	86 200,06	232 500,00	D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9113	Segurança Social	0,00	0,00	D7113	Segurança Social	0,00	0,00
R9114	Administração Regional	0,00	0,00	D7114	Administração Regional	0,00	0,00
R9115	Administração Local	0,00	0,00	D7115	Administração Local	155 153,59	472 960,80
R912	Exterior - U E	0,00	0,00	D712	Entidades do Setor não Lucrativo	123 106,71	17 000,00
S913	Outras	1 266 400,46	516 692,10	D713	Famílias	670,35	24 735,30
R92	Subsídios de capital	0,00	0,00	D714	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	1 947,39	0,00	D72	Subsídios de capital	0,00	0,00
				D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
RA04	Receita efetiva [2]	18 715 667,44	14 145 878,44	DA03	Despesa efetiva [5]	18 744 619,59	14 447 541,85
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00				
RA05	Receita não efetiva [3]	631 197,75	1 093 173,37	DA04	Despesa não efetiva [6]	598 007,67	643 608,50
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	631 197,75	1 093 173,37	D10	Despesa com passivos financeiros	598 007,67	643 608,50
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	20 249 610,55	15 993 895,71	DA05	Soma [7]=[5]+[6]	19 342 627,26	15 091 150,35
ROT1	Operações de tesouraria [B]	231 425,05	148 281,58	DOT1	Operações de tesouraria [C]	152 855,64	142 141,00
				DA06	Saldo para a gerência seguinte	1 765 205,16	1 682 397,82
				DA07	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	906 983,29	902 745,46
				DA08	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	858 221,87	779 652,46
				DA09	Saldo global [2] - [5]	-28 952,15	-301 663,41
				DA10	Despesa primária	18 507 867,75	14 402 964,99
				DA11	Saldo Corrente	967 702,00	871 587,08
				DA12	Saldo de Capital	-996 654,15	-1 173 250,49
				DA13	Saldo primário	-207 799,69	-257 086,55
				DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	20 249 610,55	15 993 895,71
				DA15	Despesa total [5] + [6]	19 342 627,26	15 091 150,35

2 – Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por natureza 2023

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

Município de Ribeira de Pena

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	2023	2022
RA02	Receita corrente	1 903 686,17	1 885 989,01
R1	Receita fiscal	7 697,34	7 700,44

RUBRICA	OBRIGAÇÕES	2023	2022
DA01	Despesa corrente	278 933,06	482 746,66
D1	Despesas com o pessoal	63 648,94	59 639,07

R11	Impostos diretos	0,00	0,00	D11	Remunerações Certas e Permanentes	59 933,61	58 548,52
R12	Impostos indiretos	7 697,34	7 700,44	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 323,90	1 090,55
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D13	Segurança social	2 391,43	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	13 939,03	8 234,37	D2	Aquisição de bens e serviços	153 222,00	372 124,26
R4	Rendimentos de propriedade	169,75	140,56	D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	1 878 633,87	1 866 677,46	D4	Transferências e subsídios correntes	3 000,00	49 229,65
R51	Transferências correntes	0,00	0,00	D41	Transferências correntes	3 000,00	49 229,65
R52	Subsídios correntes	0,00	0,00	D412	Entidades do sector não lucrativo	3 000,00	49 229,65
R6	Venda de bens e serviços	1 878 633,87	1 866 677,46	D42	Subsídios Correntes	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	3 246,18	3 236,18	D5	Outras despesas correntes	59 062,12	1 753,68
RA03	Receita de capital	0,00	0,00	DA02	Despesa de capital	589 943,00	891 585,95
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	D6	Aquisição de bens de capital	548 506,54	842 800,09
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	D7	Transferências e subsídios de capital	41 436,46	48 785,86
R91	Transferências de capital	0,00	0,00	D71	Transferências de capital	41 436,46	48 785,86
R92	Subsídios de capital	0,00	0,00	D712	Entidades do sector não lucrativo	41 436,46	48 785,86
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
				D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
RA04	Receita efetiva [2]	1 903 685,17	1 885 989,01	DA03	Despesa efetiva [5]	868 876,06	1 374 332,61
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00				
RA05	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	DA04	Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	1 903 685,17	1 885 989,01	DA05	Soma [7]=[5]+[6]	868 876,06	1 374 332,61

III - Demonstrações Financeiras Consolidadas

1 - Balanço Consolidado 2023

Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023

MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENHA

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente		51 823 341,56	49 764 693,21
Ativos fixos tangíveis	5	46 207 862,08	44 531 865,43
Propriedades de investimento	8	842 534,60	714 399,02
Ativos intangíveis	3	127 721,81	100 681,81

Relatório e Contas Consolidado 2023



MUNICÍPIO DE
RIBEIRA DE PENHA

Participações financeiras	18	4 644 444,54	4 417 115,31
Clientes, contribuintes e utentes		778,53	631,64
Ativo corrente		4 965 503,32	5 588 579,83
Inventários	10	144 767,19	97 080,43
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		598 894,76	751 133,38
Clientes, contribuintes e utentes		1 528 862,79	1 516 759,01
Estado e outros entes públicos		15 586,73	
Outras contas a receber		839 333,57	1 470 742,93
Diferimentos		72 853,12	70 466,26
Caixa e depósitos	1	1 765 205,16	1 682 397,82
Total Ativo		56 788 844,88	55 353 273,04
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		40 478 644,60	40 383 667,65
Património/Capital		44 828 442,06	44 828 442,06
Reservas		265 380,75	265 380,75
Resultados transitados		-26 013 822,76	-26 148 093,25
Ajustamentos em ativos financeiros		-2 869 036,24	-2 342 218,85
Outras variações no património líquido		24 984 000,24	23 664 300,22
Resultado líquido do período		-716 319,45	115 856,72
Total Património Líquido		40 478 644,60	40 383 667,65
PASSIVO			
Passivo não corrente		11 724 594,54	9 877 681,08
Provisões	15	62 530,00	117 330,00
Financiamentos obtidos		6 143 523,05	6 280 647,16
Diferimentos		5 513 681,09	3 474 843,52
Outras contas a pagar		4 860,40	4 860,40
Passivo corrente		4 585 605,74	5 091 924,31
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		62 436,46	122 015,51
Fornecedores		284 299,05	536 946,28
Estado e outros entes públicos		97 277,94	141 500,52
Financiamentos obtidos		876 655,84	725 969,94
Fornecedores de investimentos		463 505,40	675 170,62
Outras contas a pagar		2 801 431,05	2 890 321,44
Total Passivo		16 310 200,28	14 969 605,39
Total Património Líquido e Passivo		56 788 844,88	55 353 273,04

2 - Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada de 2023

Demonstração de Resultados por Naturezas Consolidada

MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	13/14	889 879,38	897 015,87
Vendas	13	2 355 836,66	3 457 756,97
Prestações de serviços e concessões	13	1 031 537,80	954 689,85
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	7 449 356,49	7 296 718,55
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	18	1 249 278,03	935 674,69
Trabalhos para a própria entidade			56 980,54
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-795 086,03	-815 916,53
Fornecimentos e serviços externos		-2 295 216,17	-2 083 477,23
Gastos com pessoal	19	-6 246 933,28	-5 824 791,11
Transferências e subsídios concedidos		-1 807 718,25	-2 665 450,79
Prestações sociais		-169 628,32	-432 316,67
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-5 343,21	-7 048,65
Provisões (aumentos/reduções)		44 300,00	54 464,00
Outros rendimentos		2 069 636,71	2 117 565,24
Outros gastos		-442 027,87	-261 628,88
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		3 327 871,94	3 680 235,85
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-3 787 077,52	-3 503 395,37
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-459 205,58	176 840,48
Juros e gastos similares suportados		-257 113,87	-60 983,76
Resultado antes de impostos		-716 319,45	115 856,72
Resultado líquido do período		-716 319,45	115 856,72

3 – Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa de 2023

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4 250 149,89	2 533 520,83
Recebimentos de contribuintes		797 086,47	764 908,18

Relatório e Contas Consolidado 2023



MUNICÍPIO DE
RIBEIRA DE PENHA

Recebimentos de transferências e subsídios correntes	7 534 649,03	7 313 365,62
Recebimentos de utentes	192 093,28	262 088,59
Pagamentos a fornecedores	-3 422 701,82	-2 713 184,11
Pagamentos ao pessoal	-6 218 502,81	-5 719 175,73
Pagamentos de transferências e subsídios	-2 126 025,20	-1 711 494,67
Pagamentos de prestações sociais	-169 628,32	-432 664,67
Caixa gerada pelas operações	837 120,52	297 364,04
Outros recebimentos/pagamentos	-430 487,37	-219 612,12
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	406 633,15	77 751,92
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-5 683 456,54	-3 271 941,20
Pagamentos - Ativos intangíveis	-27 009,72	-32 858,25
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis	54 922,60	65 048,66
Recebimentos - Transferências de capital	5 040 148,20	2 636 894,11
Recebimentos - Dividendos	495 131,41	274 156,55
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-120 264,05	-328 700,13
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Financiamentos obtidos	631 197,75	1 093 173,37
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Financiamentos obtidos	-598 007,67	-625 158,92
Pagamentos - Juros e gastos similares	-236 751,84	-44 576,86
Pagamentos - Outras operações de financiamento		-18 449,58
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-203 561,76	404 988,01
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	82 807,34	154 039,80
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	1 682 397,82	1 528 355,78
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1 765 205,16	1 682 397,82
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	1 682 397,82	1 528 355,78
Saldo da gerência anterior (SGA)	1 682 397,82	1 528 355,78
SGA De execução orçamental	902 745,36	754 843,90
SGA De operações de tesouraria	779 652,46	773 511,88
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1 765 205,16	1 682 397,82
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	1 765 205,16	1 682 397,82
SGS De execução orçamental	906 983,29	902 745,36
SGS De operações de tesouraria	858 221,87	779 652,46

Relatório e Contas Consolidado 2023

4 – Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido de 2023

Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido

MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENHA

Período		Visualizar Contas s/ Mov.		Acumulados		Ano	
01-01-2022						2023	
31-12-2022							

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Ações quotas próprias	Outros instrum. de CP	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		44 828 442,06				265 380,75	-26 148 093,25	- 2 342 218,85		23 664 300,22	115 856,72	40 383 667,65	40 383 667,65
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							134 270,49	-526 817,39		1 572 956,28	-115 856,72	1 064 552,66	1 064 552,66
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização													

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Handwritten signature: *[Illegible signature]*

IV - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Introdução

O Município de Ribeira de Pena apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.





ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


     20


Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Identificação da entidade e período de relato

MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENHA, pessoa coletiva de direito público Nº 506 818 098, com sede social na Praça do Município – Ribeira de Pena, encontra-se inserido na área territorial da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso (CIM-AT).

Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise. Refere-se, ainda, que não existiram, no decorrer do período, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis com o período anterior, foram preparadas com base no normativo contabilístico SNC-AP.

c) Reclassificação de itens nas demonstrações financeiras

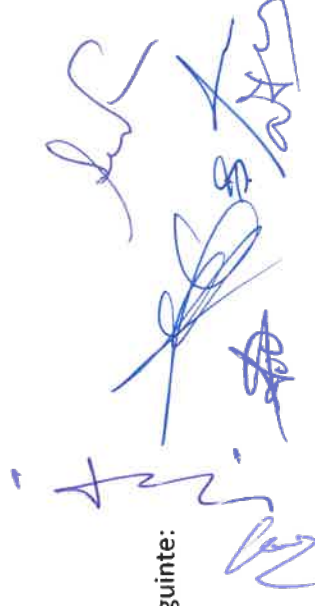
Não foram efetuadas reclassificações no ano 2023.

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Todos os valores de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

e) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era o seguinte:





Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2023	2022
Caixa	2.321,40	3.510,81
Depósitos à ordem		1.678.887,01
Depósitos no Tesouro		
Depósitos bancários		1.578.623,23
(0010) Banco BPI, SA	35391360101	21.309,27
(0018) Banco Santander Totta, SA	18376285020	20.289,31
(0033) Banco Comercial Português, SA	00049822375	14.318,89
(0035) Caixa Geral de Depósitos	00000014456	644.175,46
(0035) Caixa Geral de Depósitos	00000045932	120.154,78
(0035) Caixa Geral de Depósitos	00004455430	29.778,57
(0035) Caixa Geral de Depósitos	00006830530	118.232,31
(0035) Caixa Geral de Depósitos	00012217230	85.524,42
(0035) Caixa Geral de Depósitos	00012818930	496.541,24
(0035) Caixa Geral de Depósitos	00013103130	
(0045) Caixa Central de Crédito Agrícola		
Mútuo	40226039868	
Outros depósitos		9.909,42
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados		
Depósitos de garantias e cações		184.260,53
(0035) Caixa Geral de Depósitos	00015988950	56.457,39
(0035) Caixa Geral de Depósitos	00015989850	87.052,31
(0035) Caixa Geral de Depósitos	00015990150	6.093,33
(0035) Caixa Geral de Depósitos	00015991950	
(0035) Caixa Geral de Depósitos	00015992850	29.363,56
(0035) Caixa Geral de Depósitos	00016123950	4.350,47
(0035) Caixa Geral de Depósitos	00016130250	943,47
Total	1.765.205,16	1.682.397,82

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Relatório e Contas Consolidado 2023

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Administração Pública – SNC – AP, aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública – NCP.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimentos

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das cotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

Os terrenos não são objeto de qualquer depreciação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	VIDA ÚTIL (ANOS)
Edifícios e outras construções	10-100
Infraestruturas	10-20
Património histórico, artístico e cultural	8
Outros bens de domínio público	8
Equipamento básico	3-14
Equipamento de transporte	2-14
Equipamento administrativo	3-8
Outros ativos fixos tangíveis	2-14

Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das cotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

Locações

Os contratos de locação são classificados como

- a) Locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação;



- b) Locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos no passivo pelo custo amortizado. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são reconhecidas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gasto de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica).

Contas a receber e a pagar

Clientes, contribuintes, utentes e outros devedores - As dívidas de «Clientes», «Contribuintes», «Utentes» e as de «Outros devedores» (outros créditos a receber) são reconhecidas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas, de forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. Fornecedores e outras dívidas a pagar - As de fornecedores e de outras dívidas a pagar, que não vencem juros, são reconhecidas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relatório e Contas Consolidado 2023

O executivo da entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões.

Os passivos e ativos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, por considerar que os mesmos não são mensuráveis com fiabilidade e a possibilidade de saídas/entradas de fundos afetando benefícios económicos futuros seja incerta.

Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de «Caixa e seus equivalentes» correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo.

Estes ativos são mensurados ao seu valor nominal.

Inventários

«As matérias-primas e subsidiárias» para a produção de bens/serviços são valoradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui todas as despesas incorridas para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais. Utiliza-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Especialização dos períodos

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são reconhecidas nas rubricas de «Outros contas a receber e a pagar» e em «Diferimentos».

Impostos sobre o rendimento

O Município é sujeito passivo de IRC, mas isento, salvo quanto a rendimentos de capitais, atendendo à alínea a) do n.º 1, conjugada com o n.º 2, ambos do artigo 9º do CIRC.

Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo

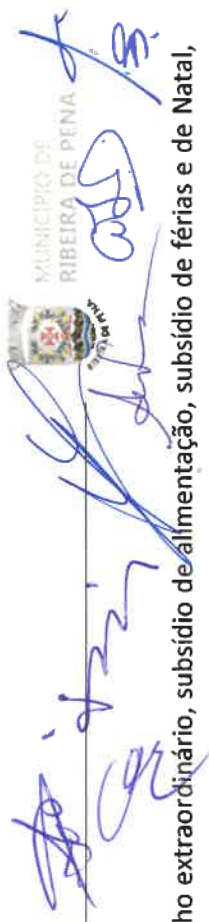
Benefícios dos empregados



Relatório e Contas Consolidado 2023



MUNICÍPIO DE
RIBEIRA DE PENHA



Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, compensação com as despesas de saúde, abonos para falhas, despesas de representação, abono de família e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo executivo, obedecendo aos normativos legais em vigor. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 1 de janeiro de cada ano, reportado, em regra, ao período de trabalho prestado no ano anterior, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o referido anteriormente.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalente.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, contribuintes e utentes, recebimentos de transferências subsídios correntes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal, pagamentos de transferências e subsídios, pagamento de prestações sociais e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos tangíveis e intangíveis, investimentos financeiros, recebimento de transferências de capital tendentes ao financiamento de AFT e intangíveis, recebimento de juros e rendimentos similares, bem como recebimentos de investimentos financeiros.

Relatório e Contas Consolidado 2023

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os recebimentos referentes a financiamentos bancários obtidos, pagamento de amortização de empréstimos e os juros e gastos similares incorridos (e pagos).

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção, nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações, mantendo-se a atividade de prestação de serviços e a capacidade de cumprir os seus fins.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Não possui a entidade ativos intangíveis gerados internamente, os existentes foram adquiridos ao exterior no seu estado acabado e disponível para uso.

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o classificador complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Existem fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Método de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta).

c) Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas



Relatório e Contas Consolidado 2023

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Quadro 2 – Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Designação	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Ativos Intangíveis	630.336,04	529.654,23		100.681,81	685.350,37	557.628,56		127.721,81
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	113.775,00	55.939,49		57.835,51	113.775,00	61.628,27		52.146,73
Programas de computador e sistemas de informação	515.571,94	473.714,74		41.857,20	517.481,02	496.000,29		21.480,73
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso	989,10			989,10	54.094,35			54.094,35
	630.336,04	529.654,23	0,00 €	100.681,81	739.444,72	557.628,56		127.721,81

d) Gastos/reversões de amortização

Os gastos e reversões de amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na demonstração de resultados por natureza, na linha gastos/reversões de depreciação e amortização.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o período findo em 3 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes variações:

Quadro 3 - Quantia escriturada e variações do período

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições
Ativos Intangíveis	100.681,81	55.014,33					-27.974,33		127.721,81
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento	57.835,51						-5.688,78		52.146,73
Programas de computador e sistemas de informação	41.857,20	1.909,08					-22.285,55		21.480,73
Propriedade industrial e intelectual									
Outros									
Ativos intangíveis em curso	989,10	53.105,25							54.094,35
	100.681,81	55.014,33					-27.974,33		127.721,81

f) Ativos intangíveis – Adições

No período findo a 31 dezembro de 2023, ocorreram as seguintes adições:

Quadro 4 - Adições

Designação	Adições								Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	
Ativos Intangíveis		55.014,33							55.014,33
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Programas de computador e sistemas de informação		1.909,08							1.909,08
Propriedade industrial e intelectual									
Outros									
Ativos intangíveis em curso		53.105,25							53.105,25
		55.014,33							55.014,33

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços

Em 31 de dezembro de 2023, a entidade tinha o seguinte acordo de concessão de serviços, enquanto concedente:

Quadro 5 – Acordos de Concessão de Serviços

Termos significativos do acordo					Natureza e Extensão do acordo			
Descrição de Acordo	Período de Concessão	Data de Reapreçamento	Base do Reapreçamento	Qt	Período de concessão	Quantia	Natureza Específica	Alteração no acordo que ocorreram durante o período do relato
Distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Município de Ribeira de Pena	20 Anos	12 /06/ 2001	n.a.	1	20 Anos	Atualizada anualmente com base nos consumos em BT no Concelho de Ribeira de Pena	Conceder a utilização do domínio público municipal	Não ocorreram alterações durante o período do relato

Nota: O presente acordo vigora enquanto se mantiverem em vigor os atuais contratos de concessão, nos termos do artigo 285º do Decreto-Lei nº 15/2022, de 14 de janeiro.

O contrato de concessão foi celebrado nos termos do Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro, através do qual a E-Redes paga ao Município uma renda, denominada renda de concessão.

Assiste à E-Redes o direito de usar o domínio público municipal para a distribuição e comercialização de energia elétrica em baixa tensão, tendo a mesma de efetuar todos os investimentos necessários para a satisfação das necessidades energéticas aos municípios do concelho de Ribeira de Pena.

No final do contrato de concessão, a rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão reverte para o património do município.

A concessão não comporta encargos orçamentais para a entidade local concedente, sendo a concessão financeiramente sustentável através da cobrança aos utentes ou utilizadores dos serviços prestados.

Anote-se que, embora o período temporal (20 anos) para o contrato de concessão já tenha expirado, o mesmo mantém-se em vigor, atendendo a que as negociações entre os municípios (através da ANMP) e a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), que prevê a criação de um modelo de compensação (Subdividindo o país em 4 zonas), ainda não se encontra aprovado, pese embora o período para auscultação pública já tenha findado. O contrato de concessão foi objeto de prorrogação, prevendo-se o seu término em 2024.

Relatório e Contas Consolidado 2023

O Município passou a reconhecer em 2022 nas suas demonstrações financeiras os equipamentos e as infraestruturas que estão associadas ao fornecimento de redes de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão, assim como os que estão associados à iluminação pública, que se encontram a ser geridos pela concessionária E-Redes, originando reexpressão dos valores a 31 de dezembro de 2020, considerando que de acordo com a IPSAS 33, o Município dispunha de 3 anos para reconhecer ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico, aqui se enquadrava o caso em concreto da aplicação da NCP 4 – Acordos de concessão.

Os equipamentos e as infraestruturas, cujo valor líquido contabilístico na E-Redes no término do período de 2023 (informação disponível com dados provisórios e não auditados), fixava-se em 1.787.415,27 euros, conforme abaixo descritos, encontrando-se a ser controlados, geridos e incrementados pela concessionária (E-Redes), pagando esta, para o efeito, uma renda de exploração, calculada nos termos do art.º 2º do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro (conforme contrato de concessão), que no período de 2023, foi de 266.634,08 euros. A renda é paga ao Município com uma periodicidade trimestral. O valor dos equipamentos e infraestruturas em concessão será atualizado no final do ano, em função da informação a disponibilizar pela E-Redes.

Quadro 5.1 - Quadro Concessões BT - Valor Líquido Contabilístico dos Imobilizados

	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em exploração	7.786.029,39	-5.384.600,56	2.401.428,83
Chegadas aéreas	609.989,68	-573.691,04	36.298,64
Chegadas subterrâneas	295.957,40	-157.727,25	138.230,15
Contadores e acessórios	446.526,55	-429.868,28	16.658,27
Contadores	322.936,53	-319.497,37	3.439,16
Outro equipamento	123.590,02	-110.370,91	13.219,11
Eq. Telegestão Energia EDP Box	196.818,61	-53.172,31	143.646,30
Iluminação pública	1.155.300,33	-499.130,06	656.170,27
Postos Transformação e Seccionamento	1.219.162,98	-846.112,16	373.050,82
Redes aéreas	3.372.663,47	-2.487.373,70	885.289,77
Redes subterrâneas	489.610,37	-337.525,76	152.084,61
Subsídios ao investimento	-3.208.105,11	2.594.091,55	-614.013,56
Chegadas aéreas	-403.549,12	379.185,75	-24.363,37
Chegadas subterrâneas	-256.862,45	133.602,82	-123.259,63
Contadores e acessórios	-13.652,44	13.385,04	-267,4
Contadores	-13.367,85	13.325,77	-42,08
Outro equipamento	-284,59	59,27	-225,32
Eq. Telegestão Energia EDP Box	-116,22	24,65	-91,57
Iluminação pública	-445.557,01	320.528,27	-125.028,74
Postos Transformação e Seccionamento	-354.206,97	303.639,51	-50.567,46
Redes aéreas	-1.495.427,46	1.261.567,31	-233.860,15
Redes subterrâneas	-238.733,44	182.158,20	-56.575,24
Total	4.577.924,28	-2.790.509,01	1.787.415,27

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até ao dia 1 de janeiro de 2020 encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas.

Na transição para o SNC-AP manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo (Mensuração ao custo) para todos os ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2020 são registados ao custo de aquisição ou produção, líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização em que a entidade espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta (ou quotas constantes) em duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado, constante no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento em SNC-AP.

Para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2019, as taxas de depreciação praticadas seguem o normativo anterior (POCAL), nomeadamente a Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril - CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, salvo quanto aos edifícios e outras construções que foi aplicado o CC2 por imposição legal. Note-se que para os bens reconhecidos em 2003, só no exercício de 2022 é que foi aplicado o CC2, tendo-se procedido aos ajustamentos necessários.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Relatório e Contas Consolidado 2023

Existem fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível que se qualifica, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida estimada. As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

d) Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os períodos findos de 2023 e de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Quadro 6 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	80.758.881,44	56.956.003,42		23.802.878,02	87.286.428,05	62.010.011,93		25.276.416,12
Edifícios e outras construções	1.040.253,67			1.040.253,67	1.053.253,98			1.053.253,98
Infraestruturas	5.916.027,13	2.213.361,00		3.702.666,13	6.377.875,82	2.536.481,69		3.841.394,13
Património histórico, artístico e cultural	73.801.862,64	54.742.642,42		19.059.220,22	79.852.967,40	59.473.490,40		20.379.477,00
Outros	738,00			738,00	2.330,85	39,84		2.291,01
Bens de domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis	41.876.063,71	21.147.076,30		20.728.987,41	43.047.383,20	22.115.937,24		20.931.445,96
Terrenos e recursos naturais	3.955.302,85			3.955.302,85	3.793.492,85			3.793.492,85
Edifícios e outras construções	24.677.372,69	14.784.880,65		9.892.492,04	26.557.028,09	15.343.606,67		11.213.421,42
Equipamento básico	2.833.155,05	2.476.516,62		356.638,43	2.906.103,03	2.570.449,35		335.653,68

Relatório e Contas Consolidado 2023

Equipamento de transporte	2.830.589,05	1.884.552,60	946.036,45	2.945.820,82	2.081.995,78	863.825,04
Equipamento administrativo	1.285.814,20	1.093.140,86	192.673,34	1.277.504,02	1.147.938,61	129.565,41
Equipamentos biológicos						
Outros	1.110.215,71	907.985,57	202.230,14	1.151.821,89	971.946,83	179.875,06
Ativos fixos tangíveis em curso	5.183.614,16		5.183.614,16	4.415.612,50		4.415.612,50
	122.634.945,15	78.103.079,72	44.531.865,43	130.333.811,25	84.125.949,17	46.207.862,08

e) Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Durante o período findo de 2023, ocorreram as seguintes variações:

Quadro 7 - Quantia escriturada e variações do período

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Reclassificação de ativo	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	23.802.878,02	256.716,11	3.480.321,49				-2.263.499,50		25.276.416,12
Terrenos e recursos naturais	1.040.253,67	13.000,31							1.053.253,98
Edifícios e outras construções	3.702.666,13		461.848,69				-323.120,69		3.841.394,13
Infraestruturas	19.059.220,22	242.122,95	3.018.472,80				-1.940.338,97		20.379.477,00
Património histórico, artístico e cultural	738,00	1.592,85					-39,84		2.291,01
Outros									
Bens de domínio público em curso									
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros ativos fixos tangíveis	20.728.987,41	5.392.873,90	-3.666.593,87				-1.428.536,11		20.931.445,96
Terrenos e recursos naturais	3.955.302,85		-66.600,00						3.793.492,85
Edifícios e outras construções	9.892.492,04		2.248.130,09				-927.200,71		11.213.421,42
Equipamento básico	356.638,43	73.088,45					-93.997,83		335.653,68

No final de 2023, o Município possuía ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que continuam a ter utilidade e como tal são usados na produção de bens e/ou serviços. Entende a entidade não proceder a nenhuma revalorização ou aumento da vida útil desses ativos, por considerar que o seu valor de mercado seja imaterial.

Durante o período do ano de 2023, ocorreram as seguintes adições:

[illegible]

Relatório e Contas Consolidado 2023

Equipamento de transporte										192.672,70	192.672,70
Equipamento administrativo										5.384,27	5.384,27
Equipamentos biológicos										0,00	0,00
Outros										41.606,18	41.606,18
Ativos fixos tangíveis em curso										5.080.122,30	-768.001,66
TOTAL										5.407.467,06	5.463.317,63

g) Ativos fixos tangíveis - diminuições

Durante o período de 2023, ocorreram as seguintes diminuições:

Quadro 9 – Diminuições

Ativos Fijos Tangíveis	Diminuições					Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	95.210,00				75,37	95.285,37
Edifícios e outras construções	95.210,00					95.210,00
Equipamento básico					75,37	75,37
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
TOTAL	95.210,00				75,37	95.285,37

Relatório e Contas Consolidado 2023

Nota 6 – Locações

Locação Financeira

Em 31 de dezembro de 2023, o Município detinha diversos bens do seu ativo fixo tangível em regime de locação financeira, a saber:

Quadro 10 - Locações Financeiras

Rubricas	Identificação do Bem	Quantia Escriturada líquida (1)	Pagamentos efetuados acumulados			Futuros pagamentos mínimos (2)			Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (3)	Rendas Contingentes Registradas como Gasto do Período (4)
			Período	Capital	Juros	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos		
Banco Santander TOTTA,SA	MINI AUTOCARRO	116.732,74	7.716,35	3,23	116.732,74	2.361,20				
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	3 VIATURAS	94.703,85	18.796,26	987,06	76.883,08	2.330,34	17.820,77		17.820,77	
Banco Santander TOTTA,SA	4 VIATURAS	79.310,00	15.663,59	762,01	55.056,81	1.534,35	15.984,68	8.268,51	24.253,19	
Caixa Geral de Depósitos	EQ. AUDIOVISUAL	61.003,08	11.661,05	1420,93	24.677,85	1.875,58	12.064,92	24.260,31	36.325,23	
Caixa Geral de Depósitos	4 CARROS ELETRICOS	110.616,66	26.757,62	2304,95	37.982,81	2.947,06	27.097,19	45.536,66	72.633,85	
Banco Comercial Português	2 CAMIÕES DO LIXO	480.192,00	91.035,27	11.594,01	91.035,27	11.594,01	93.470,70	295.686,03	389.156,73	
Banco Comercial Português	1 MINI AUTOCARRO	126.690,00	20.544,41	1.279,39	20.544,41	1.279,39	24.439,75	81.705,84	106.145,59	
Banco Comercial Português	1 VIATURA - OBRAS	46.750,00	893,74	168,77	893,74	168,77	11.039,20	34.817,06	45.856,26	
Total		1.115.998,33	193.068,29	18.520,35	423.806,71	24.090,70	201.917,21	490.274,41	692.191,62	

Notas:

- (1) - Corresponde à quantia líquida mostrada no balanço.
- (2) - Quantia dos futuros pagamentos a exigir ao locatário (capital e juros) durante o restante período do contrato de locação.
- (3) Valor atual dos futuros pagamentos mínimos de cada contrato de locação, aplicando como taxa de desconto a taxa de juro implícita no contrato de locação, se for praticável determiná-la. Se não for possível, determinar esta taxa de juro, deve usar-se a taxa de juro incremental de financiamento do locatário (ver parágrafo 24 na NCP 6 - Locações). Este valor, caso seja usada a taxa de juro implícita no contrato, tende a aproximar-se à quantia escriturada no passivo.



Relatório e Contas Consolidado 2023



(4) - Correspondem a pagamentos cuja quantia não é fixa, mas sim baseada na futura quantia de um fator que se altera sem ser com a passagem do tempo (por exemplo, percentagem de vendas futuras, volume do uso futuro, índices de preços futuros, taxas de juro de mercado futuras). Devem ser reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

Locação Operacional

A no final do ano de 2023, o Município detinha um contrato em regime de locação operacional, a saber:

Quadro 11 - Locações Operacionais

Rubricas	Valor do Contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (3)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos Mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos Mínimos	Rendas contingentes					
Locação de Outros Bens	43.837,20	37.446,53	6.390,67			6.390,67			6.390,67	
Total	43.837,20	37.446,53	6.390,67			6.390,67			6.390,67	

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

a) Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

(Mapa em anexos)

Quadro 12 – Montantes recebidos no período

Obra	Valor
Casa Mortuária de Ribeira de Pena	5.423,01
Expensão AAE Portela Santa Eulália	625.774,74
TOTAL	631.197,75

b) Os custos de empréstimos incorridos nos períodos de 2023 e 2022 foram os seguintes:

Quadro 13 – Custos Empréstimos Obtidos

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	Quantia dos custos de empréstimos obtidos	
	31-12-2023	31-12-2022
Caixa Geral de Depósitos		
359015003017691		62,84
359015003721991	250,23	207,63
359015003720091	298,04	247,30
359015004664191	4.185,84	-
359015005020791	4.349,14	-
359015008348291	20.627,72	6.626,51
350693003147591	50.371,77	20.544,28
350693000566091	2.285,05	341,52
359015003014191		187,66
359015003015991		125,22
359015003011591		93,68
Banco Português de Investimento		
3539136830012	4.238,81	1.665,81
3539136830014	28.309,76	4.993,01
3539136830008	1.932,24	601,78
3539136830009	6.324,66	1.969,77
Caixa de Crédito Agrícola		
56072326086	44.195,21	4.328,27
Agência Desenv. E Coesão, IP		
ID 339	2.124,03	46,23
ID 341	696,16	
ID 340	1.221,38	
ID 333	2.126,13	46,27
ID 4516	2.993,32	
ID 4522	5.055,84	
ID 4338	693,15	
ID 4334	685,04	
ID 5141	14.807,57	302,12
ID 5013	611,29	
ID 5010	1.189,29	
ID 5008	1.856,00	

Handwritten signatures and initials in blue ink.



ID 5007	2.732,13	55,42
ID 5048	4.563,63	
ID 5017	7.157,03	
TOTAL	215.880,46	42.445,32

A taxa de juro inerente aos empréstimos contratualizados encontra-se indexada à Euribor a 6 meses, acrescida de um spread de 0,277 p.p. para empréstimos da ADC, 1,02 p.p. para empréstimo da CCAMTMAD e 0,456 p.p. para empréstimo do BPI.

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas pelo custo de aquisição que compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis. O Município não aplica o modelo do justo valor. De seguida, apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e meio do ano.

Quadro 14 – Variações: modelo do custo

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final	
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período		Reclassificação de ativo
Bens de Domínio Público									
Terrenos e Recursos Naturais			66.600,00						66.600,00
Edifícios e Outras Construções	714.399,02		128.603,16				-67.067,58		775.934,60
Outras PI									
PI em Curso									
TOTAL	714.399,02		195.203,16				-67.067,58		842.534,60

Nota 9 – Imparidade de Ativos

A entidade classifica como ativos não geradores de caixa, os recursos presentes controlados pela entidade, como resultado de um evento passado, que contém em si a capacidade de proporcionar um influxo de potencial de serviço ou de benefícios económicos futuros, sem que, necessariamente, tenham que ser gerados influxos de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade.

Relatório e Contas Consolidado 2023

A entidade classifica como ativos geradores de caixa, os recursos presentes controlados pela entidade, como resultado de um evento passado, que contém em si a capacidade de gerar influxos de caixa ou equivalentes de caixa.

A entidade reconhece imparidades em ativos geradores de caixa ou equivalentes de caixa, no âmbito dos contratos de fornecimento de água ao domicílio e venda de eletricidade, por entender que existem fortes indícios de incobrabilidade.

Ativos não geradores de caixa

Não foram reconhecidas no período imparidades em ativos não geradores de caixa.

Ativos geradores de caixa

No final de 2023 e de 2022, as perdas por imparidade em ativos geradores de caixa são:

Quadro 15 – Perdas por Imparidade

Classe de ativos	Natureza do ativo	Segmento	Descrição da unidade geradora de caixa	31.12.2023		31.12.2022	
				Perda por imparidade	Quantia recuperável	Perda por imparidade	Quantia recuperável
21	Clientes, contribuintes e utentes		Venda de eletricidade	298.308,51	0,00	298.308,51	0,00
21	Clientes, contribuintes e utentes		Serviço público – Abastecimento de água	17.765,05	0,00	16.913,71	0,00
21	Clientes, contribuintes e utentes		Conjunto habitacional – Bairro Social	29.213,63	0,00	26.678,00	0,00
21	Clientes, contribuintes e utentes		Outros	28.745,91	0,00	26.789,67	0,00
			TOTAL	374.033,10	0,00	368.689,89	0,00

Nota 10 – Inventários

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual.

Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.



Relatório e Contas Consolidado 2023

Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis.

A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A entidade adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

Quadro 16 – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período						Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	
Mercadorias								
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	97.080,43	842.772,79	795.086,03	-	-	-	-	144.767,19
Produtos acabados e intermédios								
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos								
Produtos e trabalhos em curso								
TOTAL	97.080,43	842.772,79	795.086,03	-	-	-	-	144.767,19

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 17 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos indiretos		0,00	7.607,42	7.607,42	
Impostos Indiretos Específicos das Autarquias Locais		- €	7.607,42	7.607,42	
Taxas, multas e outras penalidades	197.535,16		8.204,27	13.878,78	



Relatório e Contas Consolidado 2023

Taxas específicas das autarquias locais	197.535,16			8.204,27	13.878,78
Vendas	2.355.836,66			1.791.452,31	1.801.415,78
Água	163.976,33			16.195,04	16.966,98
Eletricidade	2.073.791,62			1.773.248,27	1.782.436,80
Produtos acabados e intermédios	117.984,68				3,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	84,03			2.009,00	2.009,00
Prestação de serviços					
Saneamento	388.683,61			26.865,37	26.968,78
Resíduos sólidos	994,14			0,00	0,00
Trabalhos por conta de particulares	174.855,93			7.748,43	8.224,70
Cemitérios	5.573,02			189,73	189,73
Serviços Sociais/Recreativos	9.802,11			37,61	33,28
Serviços Desporto	19.993,74			11.687,37	10.189,49
Outros	30.310,00			20,00	1.410,00
Rendas/Concessões	147.154,67			7.182,23	6.921,58
Energia elétrica (EDP)	642.854,19			48.500,34	50.419,06
Rendas de edifícios e outras construções	266.634,08				
	58.141,51			48.500,34	50.419,06
	318.078,60				
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	492.062,47				
Outros Rendimentos e Ganhos				3.236,18	3.246,18
Ganhos em Inventários				3.236,18	3.246,18
Ganhos em Entidades Participadas	492.062,47				
Outros	0,00				
TOTAL	4.076.972,09			1.885.865,89	1.903.536,00

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências.

Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas.

As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 18 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Imposto municipal sobre Imóveis	571.485,59				
Imposto único de circulação	411.278,66				
	160.206,93				

[Handwritten signatures and initials]

Relatório e Contas Consolidado 2023

Impostos Indiretos					
Impostos Indiretos Específicos das Autarquias Locais	117.268,30				89,92
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	2.084,75			93,02	89,92
Taxas, multas e outras penalidades	115.183,55				
Multas e outras penalidades	3.590,33			30,10	60,25
Trabalhos para a própria entidade	3.590,33			30,10	60,25
Trabalhos para a própria entidade					
Transferências e subsídios correntes obtidos	7.449.356,49				
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	4.953.006,00				
Fundo Social Municipal	123.156,00				
Participação IRS	155.661,00				
Transferências de competências – Lei n.º 50/2018	1.544.400,00				
Participação IVA	54.252,79				
Outras	157.638,20				
Resto do Mundo	27.747,80				
Sociedades e quase sociedades não financeiras	419.515,70				
Outras Entidades	13.979,00				
Reversões	80.000,00				
Reversões	80.000,00				
Outros rendimentos	2.826.852,28				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1.895.482,68				
Outros	931.369,60				
TOTAL	11.048.552,99			123,12	150,17

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

- (i). Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- (ii). Seja provável que um efluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- (iii). Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante os períodos de 2023 e de 2022, ocorrerem os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Relatório e Contas Consolidado 2023

Quadro 19 – Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)- (9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	117.330,00	35.700,00			35.700,00		90.500,00		90.500,00	62.530,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais Matérias ambientais										
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	117.330,00	35.700,00			35.700,00		90.500,00		90.500,00	62.530,00

Passivos Contingentes

O Município de Ribeira de Pena não reconhece no seu balanço qualquer montante, em relação aos 3 processos judiciais que correm no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, movidos por “Costa & Carreira, Lda”, “Pavipena – Construção Civil e Obras Públicas, Lda” e “ Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena”, cujo valor global das ações ascende a 942 310,45 euros, por os considerar como passivos contingentes, atendendo a que se tratam de questões de direito e os possíveis exfluxos financeiros não podem ser estimados com fiabilidade dado a impossibilidade de previsão do risco e a indecisão do seu desfecho na presente data.

Nota 17 – Acontecimentos após a Data de Relato

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.





Nota 18 - Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pela entidade quando esta se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, cujos retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo casos de risco de crédito), são mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade acumuladas. São também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse da entidade.

Em 31 de dezembro de 2023:

- As demonstrações financeiras não evidenciam ativos financeiros transferidos que não se qualificaram como desreconhecimento;
- Não tinha a entidade qualquer ativo financeiro dado como garantia ou penhor de passivos financeiros;
- A entidade não deixou de cumprir as suas obrigações com os empréstimos obtidos que contratualizou, não existindo assim qualquer incumprimento, nem fez qualquer pagamento acelerado de nenhum empréstimo obtido por incumprimento

- A entidade detinha dívidas cuja maturidade é superior a cinco anos, nomeadamente dívida de empréstimos (bancários) contraídos, como se demonstra:

Quadro 20 - Dívida com maturidade superior a cinco anos

Entidade	Dívida a 31.12.2023	Dívida a 31.12.2029
Caixa Geral de Depósitos	1.700.970,88	575.083,75
Banco Português de Investimento	984.962,33	460.903,32
Agência para o desenvolvimento e Coesão, IP	2.375.753,64	977.248,78
Caixa de Crédito Agrícola	1.266.300,42	1.366.542,52
Total	6.327.987,27	3.379.778,37

Relatório e Contas Consolidado 2023

Em 31 de dezembro de 2023 a entidade detinha participações nas seguintes entidades:

Quadro 21 – Participações Financeiras

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia Escriturada Final
		Compras	Ganhos de justo Valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Outras
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								
Ativos financeiros detidos para negociação								
Participações financeiras - justo valor								
Empreendimentos Hidroelétricos Alto Tâmega Barroso, EIM, SA	1.593.139,29		295.006,71				183.103,61	1.705.042,39
Eólica de Atilhó, Lda	43.848,14		12.499,06				12.980,11	43.367,09
Atberg - do Alto Tâmega e Barroso, Lda	422.474,85		45.301,62				-	467.776,47
Empresa Eólica do Barroso, Lda	9.524,65		462,77				3.573,83	6.413,59
Eólica da Padrela, Lda	8.010,64		4.131,45				2.809,92	9.332,17
Eólica da Serra das Alturas, S.A	760.027,15		159.661,54				99.799,92	819.888,77
Eólica de Montenegro, S.A	1.205.315,54		237.083,47				224.550,00	1.217.849,01
Empreendimentos Eólicos de Viade, S.A	9.452,20		0,00				0,00	9.452,20
Outros ativos financeiros								
Águas do Norte, S.A.	23.387,10							23.387,10
Resinorte - Val. Trat. Resíduos Sólidos, S.A	89.436,25							89.436,25
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Participações financeiras - custo								
Outros ativos financeiros								
FAM - Fundo de Apoio Municipal	252.499,50							252.499,50
Total	4.417.115,31		754.146,62				526.817,39	4.644.444,54

Quadro 22 – Participações de Capital

Empresas	% Município	Capital Detido	Capitais Próprios	RLP 2023
E.H.T.A.B., E.I.M., S.A.	16,67%	1.705.042,40	10.230.254,37	1.770.040,27
Resinorte, S.A.			42.035.227,00	605.931,00
Águas do Norte, S.A.	3,33%	9.452,20	295.261.507,00	12.491.132,00
Empreendimento Eólico de Viade, Lda			283.566,00	67.164,00 a)
Eólica de Montenegro, S.A.	8,32%	1.217.849,00	14.643.475,00	2.850.703,00
Eólica da Atilhó, S.A.	8,33%	43.367,09	520.405,06	149.988,75
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	8,32%	819.888,77	9.858.382,00	1.919.778,00

Relatório e Contas Consolidado 2023

Empresa Eólica do Barroso, S.A.	6,67%	6.413,59	96.203,90	6.941,59
Eólica da Padrela, S.A.	6,67%	9.332,17	139.982,62	61.971,81
ATBERG-Eólica do Alto Tâmega e B, Lda	6,67%	467.776,47	7.016.647,07	679.524,30
Fundo de Apoio Municipal			650.000.000,00	nd

a) Os dados respeitantes à prestação de contas de 2022

Nota 19 – Benefícios dos Empregados

Benefícios definidos

a) Política contabilística

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abono para falhas, despesas de representação, despesas com a saúde e quaisquer outras retribuições adicionais que resultam da Lei.

Todo o pessoal ao serviço da entidade foi remunerado de acordo com as suas funções desempenhadas durante o período. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

A entidade paga as remunerações aos seus trabalhadores de forma mensal, a processar até ao dia 22 de cada mês.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

b) Descrição geral do tipo de plano

Como benefícios dos empregados, a entidade considera todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que necessariamente requeiram processamento nominalmente individualizado e que de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela entidade, tanto aos seus funcionários ou agentes como aos indivíduos que, embora não tenham essa qualidade, prestem, contudo, serviços à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença.

Relatório e Contas Consolidado 2023

As despesas incorridas com a saúde dos funcionários beneficiários do sistema de saúde da ADSE, são integralmente suportadas pela entidade, quer sejam pagas diretamente aos seus beneficiários, quer à própria ADSE.

Os encargos sociais resultantes do pagamento das remunerações devidas aos funcionários são pagos pela entidade até ao dia 15 do mês subsequente, consoante sejam devidos à CGA ou à Segurança Social, respetivamente.

O número de empregados no término do período era de 283 e o executivo municipal, era constituído pelo Sr. Presidente da Câmara, 2 vereadores em regime de permanência a tempo inteiro e 2 vereadores em regime de não permanência.

As remunerações devidas a título de ordenados e outros abonos resultam das tabelas salariais em uso para a Administração Pública.

A atualização salarial é decretada administrativamente pelo Estado, não possuindo a entidade qualquer arbitrariedade para a fixação das remunerações devidas aos seus funcionários.

Quadro 23 – Benefícios dos Empregados

Designação	Saldo em 01-01-2023	Montante Pago	Saldo em 31-12-2023
Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos			
Pessoal em funções	18.479,18	109.984,35	2.965,82
Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	360.411,51	3.512.441,17	378.820,72
Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	513,59	38.189,58	425,05
Pessoal a aguardar aposentação		10.306,01	
Pessoal em qualquer outra situação	945,09	52.205,88	916,29
Representação	891,12	29.956,06	947,11
Subsídio de refeição		352.045,60	
Subsídios de férias e de Natal	308.272,25	622.030,07	325.082,57
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	210,72	9.990,48	44,77
Senhas de Presença	20,00	7.329,72	8,00
Horas extraordinárias	591,30	61.703,89	808,99
Ajudas de custo	0,00	18.109,50	-
Abono para falhas	91,90	11.868,96	72,18
Subsídio de turno	387,35	25.283,44	434,73
Outros suplementos e prémios		4.820,59	
Encargos com a saúde – Pag. ADSE e SNS		169.907,08	
Outros encargos com a saúde – Comp. Funcionários		56.475,51	
Subsídio familiar a crianças e jovens		5.573,85	

Relatório e Contas Consolidado 2023



Outras prestações familiares		
Caixa Geral de Aposentações	495.010,32	
Segurança social - Regime geral	560.308,11	
Outros	27.163,68	
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	34.412,56	
Eventualidade Maternidade, paternidade e adoção	3.235,12	
Total	690.814,01	710.526,23

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

O Município a 31 de dezembro não detinha qualquer controlo sobre as suas participadas, atendendo a que a sua participação no capital social não é maioritária ou com direito a voto, nem poder de gerir as políticas financeiras e operacionais dessas entidades.

Mas, a EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A, é detida por partes iguais pelos seis municípios pertencentes à CIM do Alto Tâmega, pressupondo-se que nesta sociedade, por se entender que existe influência significativa nas tomadas de decisão e por se enquadrar no regime jurídico da atividade empresarial local haja controlo por parte do Município.

Quadro 24 – Entidades controladas

Entidade Controlada	Sede
E.H.T.A.B., E.I.M., S.A.	Ribeira Pena

O Município detinha, a 31 de dezembro de 2023, participações nas seguintes entidades:

Quadro 25 – Entidades Controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
Entidade Conjuntamente Controlada							
Empreendimentos Hidroelétricos Alto Tâmega Barroso, EIM, SA	Intermunicipal	Rua D. Nuno Álvares Pereira 4870-160 Ribeira de Pena	150.000,00	16,67		16,67	
Associadas							
Eólica de Atilhó, Lda	Limitada por Quotas	Praça do Município Vila de Boticas 5460-310 Boticas	416,67	8,33		8,33	
Atberg - do Alto Tâmega e Barroso, Lda	Limitada por Quotas	Rua D. Nuno Álvares Pereira 4870-160 Ribeira de Pena	83.333,33	6,67		6,67	

Relatório e Contas Consolidado 2023

Empresa Eólica do Barroso, Lda	Limitada por Quotas	Rua D. Nuno Álvares Pereira 4870-160 Ribeira de Pena	4.666,67	6,67	6,67
Eólica da Padrela, Lda	Limitada por Quotas	Rua D. Nuno Álvares Pereira 4870-160 Ribeira de Pena	4.333,33	6,67	6,67
Eólica da Serra das Alturas, S.A	Sociedade Anónima	Praça do Município Vila de Boticas 5460-310 Boticas	4.158,33	8,32	8,32
Eólica de Montenegro, S.A	Sociedade Anónima	Rua Dr. Henrique Botelho 5450-018 Vila Pouca de Aguiar	4.158,33	8,32	8,32
Empreendimentos Eólicos de Viade, S.A	Sociedade Anónima	Avenida Sidónio Pais, 379, 2º andar Ramalde 4100-468 Porto	1.667,00	3,33	3,33

Quadro 26 – Transações entre Partes Relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Empreendimentos Hidroelétricos Alto Tâmega Barroso, EIM, SA	Entidade sob controlo comum				
Eólica de Atilhó, Lda	Entidade sob controlo comum				
Atberg - do Alto Tâmega e Barroso, Lda	Entidade sob controlo comum				
Empresa Eólica do Barroso, Lda	Entidade sob controlo comum				
Eólica da Padrela, Lda	Entidade sob controlo comum				
Eólica da Serra das Alturas, S.A	Entidade sob controlo comum				
Eólica de Montenegro, S.A	Entidade sob controlo comum				
Empreendimentos Eólicos de Viade, S.A	Entidade sob controlo comum				
Águas do Norte, S.A.	Associada				23.387,10
Resinorte - Val. Trat. Resíduos Sólidos, S.A	Associada				89.436,25

Transações que ocorreram entre as participadas, sendo que, no fim do período, não existia no Município qualquer saldo em aberto com a entidade com controlo conjunto nem com as outras associadas.

Quadro 27 – Transações com Entidade Conjuntamente Controlada

Transações	Compra ou vendas de Ativos	Compra ou vendas de Bens	Prestações de Serviços	Outras
Entidade mãe				
EHATB, EIM, S.A. – Valores recebidos				
Município de Ribeira de Pena		668,38		179,69
Donativos Recebidos				381.539,00
Transferências de ativos de Entidades controladas				24.473,68
Entidade com controlo conjunto				
EHATB, EIM, S.A. – Valores pagos			79.806,43	1 760,00
Donativos Recebidos				
Transferências de ativos para Entidade mãe				
Total		668,38	79.806,43	406.192,37



Em 31 de dezembro de 2023, as pessoas chave da gestão da Entidade conjuntamente controlada eram as seguintes.

Quadro 28 – Pessoas da Gestão da Entidade

Cargo	Nome	Remunerações	Outras Remunerações e compensações	Benefícios Diretos e indiretos
Entidade controlada - EHATB				
Presidente da Mesa Assembleia Geral	Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida	0,00	0,00	0,00
Vice-presidente Assembleia Geral	João Avelino Noronha Rodrigues de Carvalho	0,00	0,00	0,00
Secretário Assembleia Geral	António Alberto Pires Aguiar Machado	0,00	0,00	0,00
Presidente Conselho Administração	Fernando Eirão Queiroga	0,00	0,00	0,00
Administrador do Conselho Administração	Nuno Vaz Ribeiro	0,00	0,00	0,00
Administrador do Conselho Administração	Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves	0,00	0,00	0,00

Nota 21 – Relato por segmentos

A entidade não dispõe de serviços municipalizados, encontrando-se estruturada por unidades orgânicas:

- Departamento de Administração Geral;
- Unidade de Gestão e Finanças (Núcleo de Contratação de Aprovisionamento);
- Divisão de Obras, Conservação e Administração do Território
- Unidade de Segurança no Trabalho Veículos e Transportes
- Núcleo de Obras e Conservação de Equipamentos por Administração Direta;
- Núcleo de Redes de Água Saneamento e Energia;
- Unidade de Planeamento e Gestão do Território;
- Unidade de Ambiente e Serviços Urbanos;
- Unidade de Desenvolvimento Rural;
- Unidade de Educação;

Relatório e Contas Consolidado 2023

- Núcleo de Centros de Convívio;
- Núcleo de Serviços de Atendimento
- Núcleo de Recursos Humanos
- Núcleo de Serviços de Saúde

Não constituindo de per si segmentos que sejam classificados como individualizados para efeitos de divulgação da informação e relato financeiro, cativações orçamentais ou alocações similares.

Nota 22 – Interesses em outras entidades

Como foi relatado na nota 20 deste anexo, o município, em 31 de dezembro de 2023, não tinha de per si qualquer controlo sobre as suas participadas, atendendo a que não detinha a maioria do seu capital ou dos direitos de voto, nem o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade.

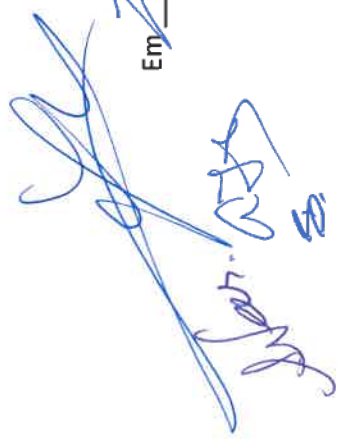
Todavia, a empresa «EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.» é detida, em partes iguais (16,666%), pelos seus seis municípios acionistas pertencentes à CIM do Alto Tâmega, pressupondo-se que nesta sociedade, por se entender que existe influência significativa nas tomadas de decisão e por se enquadrar no regime jurídico da atividade empresarial local (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) haja controlo por parte da entidade.

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Ribeira de Pena ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

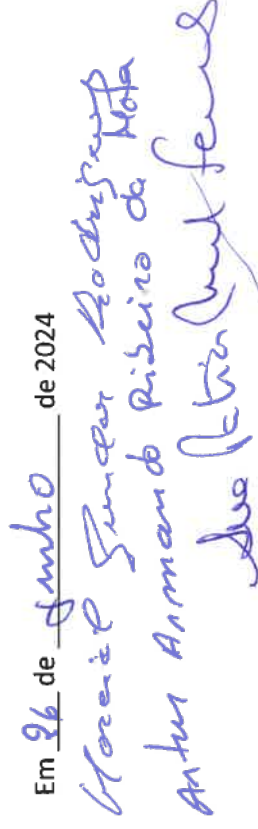
Órgão Executivo

Em 29 de Junho de 2024



Órgão Deliberativo

Em 26 de Junho de 2024



RSM & Associados – Srocl, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Ribeira de Pena** (o Grupo Autárquico), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 56.788.845 euros e um total do património líquido de 40.478.645 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 716.319 euros), a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo Autárquico em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

- i. Não foi possível ainda proceder, de forma definitiva, à avaliação e validação da totalidade dos bens de ativos fixos tangíveis do Município e sua depreciação, designadamente os que foram objeto de inventariação em 2000, por empresa especializada.

No que respeita à rubrica que lhe está associada "Outras variações no património líquido – Transferências e subsídios de capital", que corresponde a subsídios ao investimento, não nos foi possível também ainda confirmar se o saldo inclui a totalidade dos subsídios associados a bens do Ativo fixo tangível que ainda se encontram sujeitos a depreciação. Tal facto limita, também, o reconhecimento e validação do rendimento registado no período em apreço.

Conforme nota 4 do "Anexo às demonstrações financeiras consolidadas", o Município procedeu à inclusão no seu balanço consolidado, em "ativos fixos tangíveis", o montante de 1.787.415,27 euros (valor bruto 4.577.924,28 euros e depreciações acumuladas 2.790.509,01 euros), por contrapartida de "Diferimentos – rendimentos a reconhecer". Este valor corresponde ao registo contabilístico do acordo de concessão celebrado com a E-Redes, em relação às Infraestruturas de fornecimento de energia elétrica na área territorial do Município. Tais montantes resultaram de Informação provisória agregada (não auditada), divulgada pelo concessionário, reportada a 31 de dezembro de 2023. A informação disponibilizada não se mostra suficientemente detalhada para que o Município possa registar e divulgar adequadamente os ativos e passivos afetos a esse contrato, conforme determina a NCP4 – Acordos de concessão de serviços.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "C. Almeida", is written over a faint circular stamp.

O ajustamento efetuado neste exercício elevou-se a 217.649,27 euros (diferencial entre o registo de 1.787.415,27 euros em 31 de dezembro de 2023 e o de 1.569.766,00 euros em 31 de dezembro de 2022), e que corresponde à variação verificada nesse contrato, no período de dois anos (2022 e 2023). De facto, os saldos afetos a essa concessão que foram expressos pelo Município nas demonstrações financeiras consolidadas de 2022, diziam respeito a informação desatualizada então disponibilizada pelo concessionário e reportada ainda a 31 de dezembro de 2021.

- ii. Conforme detalhado na nota 15 do Anexo às demonstrações financeiras, estão em curso 3 processos judiciais movidos contra o Município, cujo valor global das ações é de 942.310,45 euros. O Município considera a decisão que resultará de tais processos como um passivo contingente.

Não foi possível obter informação jurídica suficiente que determine a adequação da qualificação adotada para estes passivos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Fazemos notar que, conforme se refere no "Relatório e contas consolidado 2023", o perímetro de consolidação, além do Município, inclui apenas a empresa local EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.. Nas contas individuais do Município, esta participação social, encontra-se já valorizada pelo método da equivalência patrimonial. Nestas circunstâncias, o balanço consolidado, a demonstração dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, não diferem das contas individuais.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo Autárquico de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo Autárquico de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'C. Almeida'.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo Autárquico;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão executivo;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Autárquico para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Autárquico descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditámos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas da Entidade que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações orçamentais consolidadas correspondem às demonstrações orçamentais do Município, considerando que, tal como refere o ponto I.1 do "Relatório e contas consolidado 2023", a entidade local participada "EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA", não aplica o normativo contabilístico SNC- AP.

O órgão executivo é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP26) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, exceto quanto à ausência das divulgações referidas no parágrafo 34 da NCP27, em particular, quanto ao detalhe dos rendimentos, custos diretos e indiretos dos bens, serviços e atividades a par de informação específica sobre diferentes custos suportados ou não incorporados e sobre os critérios utilizados de imputação de custos indiretos e dos mapas a que alude o parágrafo 37 da mesma norma, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 29 de maio de 2024

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Carlos de Jesus Pinto de Carvalho".

RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA.

Representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (ROC nº 622)
registado na CMVM com o nº 20160268